

Cais do Valongo: história marcada por desigualdades

Marta Kummer Loreto

Mestranda IPPUR

A operação urbana Porto Maravilha, parceria público privada, é um conjunto de obras exaltado pela Prefeitura em comemoração aos 450 anos do Rio de Janeiro. Abrange mais de 5 mil km quadrados no centro da cidade, onde milhares de pessoas moram, trafegam, visitam e trabalham todos os dias. O olhar desse artigo recai sobre uma pequena área, pedaço de memória, revelada durante as obras do Porto Maravilha, o Cais do Valongo, e o desenrolar do processo para seu reconhecimento como patrimônio da humanidade pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A meta da Prefeitura é ostentar o título conquistado nas Olimpíadas de 2016. Nesse encaminhamento, salta aos olhos a reprodução das relações marcadas pelo modelo da colonialidade que reforça a desigualdade entre o centro e periferia, considerando centro aquele que concentra o poder dominante - órgãos públicos como o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IRPH, Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, e a CDURP, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - e a periferia - representada pelos moradores e pelos movimentos negros organizados da área portuária - que está sobre a pressão do dominante, mas não, necessariamente, dominada.

O Cais do Valongo foi importante porta de entrada dos negros vindos da África para trabalharem como escravos no Rio de Janeiro, no século XIX. Recebeu cerca de 20% de todos africanos escravizados que chegaram vivos às Américas. Inserido na Rota de Escravos, sua candidatura como patrimônio da humanidade requereu severo rito burocrático que incluiu a produção de dossiê sobre o monumento com plano de gestão do seu entorno, denominada zona de amortecimento, além de reuniões públicas. Esses momentos foram marcados por debates e reivindicações de membros da comunidade negra que apontaram desigualdades de representação para conceituação e definição do elementos que compreendem o Cais do Valongo: a presença de apenas profissionais brancos como membros do comitê; a indefinição sobre a participação no uso e guarda dos achados arqueológicos pelos movimentos negros; a exclusão do Morro da Providência da área de amortecimento; a possível gentrificação do espaço com o apelo

turístico do bem tombado e da região portuária renovada; e a ausência do reconhecimento do conjunto das manifestações negras locais.

Proponho analisar os conteúdos expressados nessas reuniões públicas, as quais testemunhei, com base em alguns autores selecionados. Utilizo reflexões de Canclini(2003) para ressaltar a mercantilização do patrimônio histórico como estratégia hegemônica da globalização. Através de Alain Badiou(1995), destaco a necessidade de colocar o outro para representar aquele que não é capaz de se representar. Com Mignolo(2005), constata-se a reprodução do modelo da colonialidade em que as produções sobre a cultura ficam sob a responsabilidade de grupo não representativo da cultura de quem fala. Ao que se conclui que, na área portuária do Rio de Janeiro, a produção do espaço acompanha o modelo colonialista, inventado pela modernidade capitalista. Como afirma Vainer(2014), as cidades periféricas são produtos das relações colonialistas.

Palavras-chave: representação, colonialidade, patrimônio, negro